

**Parecer n.º 332/2012**

**Data:** 2012.11.20

**Processo n.º 486/2012**

**Entidade consulente:** Instituto Português de (...)

## **I - Factos e pedido**

1. A, médico do Centro de Saúde de (...) Administração Regional de Saúde (...), dirigiu ao «*Centro Regional de (...) “Admissão de Doentes”*», o seguinte pedido de relatório clínico:

*“Na qualidade de Médico de Família do agregado familiar do utente, já falecido, B, com o processo n.º (...), solicito o envio de relatório clínico referente às especialidades constantes no cartão de marcação de consultas, cuja cópia se anexa, para efeitos de resolução de assuntos judiciais”.*

2. Tendo dúvidas sobre a decisão a proferir o Instituto Português de (...), solicitou o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

No pedido referiu que lhe parece *“de admitir a legitimidade do acesso aos dados em causa, tendo em conta os objectivos e interesses invocados e desde que a utilização da informação facultada se limite à respectiva satisfação”*

3. Contactado telefonicamente, o requerente esclareceu a CADA que informação de saúde lhe fora solicitada por C filha de B, para efeito de instrução de processo judicial.

4. Posteriormente, C dirigiu à CADA *email*, cujo teor é o seguinte:

*“C, portadora do BI n.º (...), na qualidade de filha de B, falecido em (...) de 2010, vem requerer a V.Ex.as cópia de todo o conteúdo do Relatório Médico para fazer prova em tribunal, que o meu Pai tinha uma doença do foro oncológico (naquela data), no Processo que corre seus termos no Tribunal de (...), Acção de Processo Ordinário n.º (...)”.*

## **II - Apreciação jurídica**

1. A entidade consulente encontra-se sujeita à Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), artigo 4.º, n.º 1, alínea d).

Serão deste diploma legal os preceitos normativos mencionados, posteriormente, sem outra referência.

2. De acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º considera-se documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora,

eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome.

O regime geral do acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º, nos termos do qual “[t]odos, *sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo*”. São, em princípio, de acesso livre e generalizado.

O artigo 6.º identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

- a) Quando os documentos contenham informação nominativa (n.º 5);
- b) Quando contenham segredos de empresa (n.º 6);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado<sup>1</sup>.

3. Considera-se nominativo o documento administrativo que contenha, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada (alínea b), n.º 1, artigo 3.º).

São de carácter nominativo, e portanto de acesso reservado, os documentos que contenham, nomeadamente, informação de saúde, uma vez que se reportam a matéria abrangida pela reserva da intimidade da vida privada.

Os documentos nominativos são comunicados, apenas:

- a) À pessoa a quem os dados digam respeito;
- b) A terceiros munidos de autorização escrita ou que demonstrem possuir interesse direto, pessoal e legítimo no acesso (n.º 5 do artigo 6.º).

Os documentos sujeitos a restrições “*são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada*” (artigo 6.º, n.º 7).

4. No acesso, não autorizado pelo titular, a documentos nominativos, estão em conflito normas respeitantes a dois direitos fundamentais: o direito à “*reserva da intimidade*”

---

<sup>1</sup> J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra, 2005, p. 430.

*da vida privada e familiar*” do titular da informação (artigo 26.º, n.º 1 da CRP) e o direito de acesso aos “*arquivos e documentos administrativos*” conferido ao interessado na informação (artigo 268.º, n.º 2, da CRP e LADA).

A prevalência de um daqueles direitos fundamentais relativamente a outro deve ser aferida de acordo com o princípio da proporcionalidade.

Este princípio, de acordo com a doutrina e a jurisprudência, decompõe-se em três vertentes:

- a) adequação (as medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias devem corresponder a um meio para a prossecução dos fins visados, com salvaguarda de outros direitos ou bens constitucionalmente protegidos);
- b) necessidade (as medidas restritivas são exigidas para alcançar os fins em vista, por não se dispor de outros meios menos restritivos para alcançar o mesmo desiderato);
- c) equilíbrio (ficam afastadas as medidas excessivas).

Os fins alegados e demonstrados pelo requerente permitirão verificar se o pretendido acesso é adequado, necessário e não excessivo.

5. A necessidade de conhecer a informação de saúde integra o conceito de interesse direto, pessoal e legítimo nas situações em que familiares próximos da pessoa falecida pretendem fazer valer direitos ou interesses atendíveis para justificar a quebra relativa da privacidade do titular da informação.

6. No pedido dirigido à entidade consulente é referido que o acesso à informação de saúde (*“relatório clínico referente às especialidades constantes no cartão de marcação de consultas”*) se destina à *“resolução de assuntos judiciais”*.

Posteriormente, junto da CADA a filha de B precisou que pretendia provar em tribunal que à data do falecimento o seu pai padecia de doença oncológica, pretendendo para o efeito cópia *“de todo o conteúdo do Relatório Médico”*.

7. Entende-se que a situação referida se enquadra na previsão da lei e da doutrina expostas, aferidas de acordo com o princípio da proporcionalidade, devendo o direito de acesso aos documentos administrativos prevalecer face ao direito à proteção da privacidade<sup>2</sup>.

De referir que o conhecimento da informação que à data do falecimento B padecia de determinada doença não implica o acesso a todo o processo clínico, que carece de melhor fundamentação.

---

<sup>2</sup> No mesmo sentido os Parecer da CADA n.ºs 112 e 121/2011, disponíveis em [www.cada.pt](http://www.cada.pt).

Assim deve a entidade consulente facultar a informação respeitante à doença que B padecia à data do falecimento.

Em sentido favorável ao acesso a entidade consulente referiu ser *“admitir a legitimidade do acesso aos dados em causa, tendo em conta os objectivos e interesses invocados”*.

8. Apesar de a entidade requerida não estar obrigada, segundo a redação do n.º 5 do artigo 11.º, a *“criar ou adaptar documentos para satisfazer o pedido”*, ou a prestar outras informações para além das previstas no artigo 5.º, deve facultar o acesso aos documentos que contenham as informações solicitadas.

9. Conforme dispõe o artigo 8.º, n.º 2, *“os documentos nominativos comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais”*.

Na situação em apreço, o fim que determina o acesso é a instrução de processo judicial.

### **III - Conclusão**

Face ao exposto, deve ser facultado o acesso à informação de saúde solicitada.

Comunique-se

Lisboa, 20 de novembro de 2012

Pedro Delgado Alves (Relator) - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Antero Rôlo -  
Helena Delgado António - António José Pimpão (Presidente)